

5

Considerações finais

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje. Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores

da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.⁷⁴

Dilma Rousseff

Pode uma mulher governar? Esta pergunta apareceu para mim em forma de título no artigo de Carla Rodrigues⁷⁵, um dos tantos que li durante minha pesquisa sobre o impeachment de Dilma Rousseff. A frase ecoaria em meus ouvidos a cada coleta de dados em que expressões como “presidente zumbi”, “autista” e “presidente fora de si” vinham à tona. Pode uma mulher governar?

Desde a abertura do processo de impeachment venho coletando dados, matérias e imagens, já sabendo que as usaria algum dia. Na verdade, a coleta vem desde a eleição de Dilma, que coroou a tríade de mulheres presidentas na América Latina: Rousseff, Kirchner e Bachelet. Elas eram o tema inicial de minha pesquisa, até explodir o impeachment e meu foco se voltar especialmente para este tema, criando assim, minha narrativa de pesquisa e, junto com ela, esta dissertação.

Como pesquisadora, sinto-me especialmente atraída por assuntos políticos e temas de representatividade social. Como jornalista, utilizo meu espaço de fala para dar voz ao que não está sendo narrados na mídia tradicional.

Dilma, provavelmente, foi a mulher mais citada nos jornais, falada nas conversas de trabalho, nos círculos sociais. Teve sua imagem estampada nas bancas de

⁷⁴ Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

⁷⁵ Disponível no blog Agora é que são elas, do jornal Folha de São Paulo: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/05/24/pode-uma-mulher-governar/?cmpid=compfb>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

revistas, seu desempenho administrativo avaliado por quem nunca se importou com política e por quem vive dela. Sua vida pessoal esmiuçada, imaginada e inventada. Sabemos dizer com propriedade sobre suas manias, as broncas e palavrões que dizia, seu jeito de lidar com o poder e com a política. Sabemos de seus gostos pessoais, sua família e até o estado de saúde de sua mãe. Sabemos sobre seu passado, sobre sua tortura e sobre seu câncer. Sabemos muito sobre Dilma, mas nunca a ouvimos.

O trabalho aqui apresentado não pretende dizer que a queda da presidenta se deu apenas por ela ser mulher. E nem foi esse o nosso objetivo. A deposição de uma presidenta é resultado de muitos fatores reunidos, principalmente de instâncias políticas que estão para além do nosso controle. A pesquisa partiu da premissa de analisar a cobertura da imprensa a partir de um enquadramento de viés machista para poder afirmar, ou não, se a hipótese levantada por grupos feministas poderia ser comprovada.

O caminho que percorremos até agora nos permite discutir o cenário criado pela imprensa ao tratar do tema e o enquadramento noticioso machista empregado pelas publicações durante a cobertura do impeachment. O feminismo se faz presente em todos os aspectos desta pesquisa, por acreditar que ele conversa com todos os temas. Ao eleger como objeto de pesquisa uma mulher, ao decidir por um operador analítico que converse com os vieses inconscientes de gênero e ao utilizar o espaço acadêmico de uma dissertação para falar sobre machismo.

Indo para além do óbvio - a capa da IstoÉ que suscitou a pesquisa -, a escolha pela análise a partir de um enquadramento machista se deu pelas múltiplas interpretações possíveis das narrativas encontradas. Além dos claros apelos machistas em jargões no texto e edições de imagens, os dados sugeriam uma pesquisa que se utilizasse dos vieses inconscientes presentes na sociedade brasileira, que ajudariam a responder, assim, a pergunta: pode uma mulher governar? A análise do histórico das brasileiras na política foi fundamental para desenhar este pano de fundo, o universo em que Dilma estava inserida como pioneira, a primeira mulher a alcançar esse cargo.

A falta de representatividade das mulheres brasileiras na política já nos indica a dificuldade de se conquistar espaços de fala na mídia. E essa falta de

representatividade também se reflete no jornalismo, porque apesar de ser maioria nas faculdades de Comunicação e assessorias de imprensa, nós, mulheres, ainda somos minoria na cobertura de temas como política, economia e ciência. Também encontramos reflexos dessa falta de representatividade nas organizações. Uma pesquisa do Instituto Ethos Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), feita em 2016, com dados das 500 maiores empresas do Brasil, nos diz que as mulheres ocupam somente 13,6% dos cargos de primeiro escalão. Nós, mais da metade da população, que elegemos uma mulher para a presidência, ainda não conseguimos conquistar a equidade de gênero exigida há mais de 200 anos.

Levantamos também a pouca participação das mulheres como fonte para as entrevistas, contrastando com o grande número de homens que foram entrevistados. Devemos refletir se esse processo rotineiro da imprensa – entrevistar pessoas especializadas para reverberar sobre determinado tema – ao longo do tempo não estaria criando uma visão específica sobre esses assuntos. Se empresas diferentes – como a Veja, da editora Abril, e a IstoÉ, da Editora Três – falam sempre com as mesmas fontes, estão induzindo um tipo de pensamento em seus leitores. Ambas as publicações são voltadas para um mesmo perfil de público, ou seja, ao longo de anos, visões de mundo podem ser criadas, combatidas e superadas, de acordo com seus interesses. Essa não seria, então, a primeira aparição da pós-verdade, na imprensa? Muito antes do advento das redes sociais e das falsas notícias compartilhadas ao léu, já éramos reféns dos jornais, das revistas, do rádio e da televisão.

A imprensa, o quarto poder das sociedades, tem papel fundamental na perpetuação desses vieses inconscientes de gênero. Ao analisar as teorias da Comunicação reconhecemos que esse poder se dá tanto da imprensa para seu público, como do público que pauta a imprensa. Nas palavras de Charandeau (2006, p. 253), “se olharmos para o público que se informa, reconhecemos que ele é co-responsável do processo de espetacularização do mundo que as mídias nos propõem” (CHARAUDEAU, 2006, p. 253). A sociedade precisa se enxergar com essa responsabilidade e, a partir dessa reflexão, discutir seus próprios vieses, preconceitos e influências. Já a mídia tem o importante papel de servir como exemplo democrático e justo na divulgação de seus temas e na influência que possui na agenda nacional.

Durante a coleta de dados para a segunda parte da pesquisa, as expressões encontradas relatam uma mulher em seu mais alto grau de incapacidade emocional, pessoal e profissional de gerir qualquer coisa, quanto mais um país. De todos os termos usados pelas revistas *Veja* e *IstoÉ* para desenhar a personagem Dilma para o público, não foram encontradas expressões que a enaltecesse, nem pessoal nem profissionalmente. Não há interesse dos veículos em dar voz à ela ou apresentar outro ponto de vista em suas reportagens. A personificação de Dilma como uma mulher desqualificada para o poder é o mote para todas as reportagens durante os seis meses de pesquisa. É como se os embates levantados por Virginia Woolf no segundo capítulo desta dissertação reverberassem pelo terceiro, nos mostrando que a imagem da mulher como menos qualificada ainda continua presente e que o “ser universal” continua a ser a representação de um homem.

O desafio na construção de uma pesquisa sobre feminismo é a necessidade de se produzir conhecimento sobre mulheres de maneira a contribuir e fortalecer o discurso do gênero e romper com paradigmas anteriores as verdades expostas, as narrativas colocadas e a vontade de se contar uma nota histórica, na perspectiva de quem as vive: nós, mulheres. Pensar o mundo não com o protagonismo masculino, nem com a dicotomia homem *versus* mulher, mas entendê-lo como um mundo sem gêneros, ou com tantos gêneros quanto pessoas, nas palavras de Butler.

Se queremos viver em uma sociedade mais justa e igualitária, devemos refletir sobre o que nos é entregue pela grande mídia, sobre o que é reproduzimos como padrão e sobre até que ponto deixamos esses vieses inconscientes refletirem em nossa análise do governo exercido por Dilma. Se o papel da mídia é ajudar a população a refletir e entender o que acontece no mundo, no seu país e na sua vida, é ser a ponte entre um fato e a verdade sobre um fato, os veículos de comunicação precisam servir aos interesses da sociedade, e não aos de grupos hegemônicos.

A clara falta de espaço dado pelas revistas analisadas para a defesa de Dilma nos mostra que o caminho para a igualdade de gênero ainda é longo e cheio de embates. Para a presidenta, para as jornalistas, para as pesquisadoras e para todas as mulheres. Seguindo o conceito feminista de sororidade, que é a união e aliança

entre mulheres com base na empatia e no companheirismo e em busca de objetivos comuns, deixo aqui a pergunta e o espaço de resposta para ela, tão pouco ouvida durante todos esses meses: Dilma, pode uma mulher governar?